

A FESTA DA SELMA DO ESQUENTA AO AFTER



A FESTA DA SELMA DO ESQUENTA AO AFTER

FICHA TÉCNICA

RELATÓRIO

A FESTA DA SELMA: DO ESQUENTA AO AFTER
JANEIRO, 2024

DESENVOLVIMENTO

DIRETORIA JURÍDICA E DE PESQUISAS
SLEEPING GIANTS BRASIL

AV. GUIDO CALOI, 1000 - BL. 5 - 4º. ANDAR
JD. SÃO LUIS - SÃO PAULO - SP - CEP 05.802-140

CONTATO@SLEEPINGGIANTSBRASIL.COM
WWW.SLEEPINGGIANTSBRASIL.COM

PROJETO GRÁFICO

SLEEPING GIANTS BRASIL



IMAGENS DE CAPA: REPRODUÇÃO/TV GLOBO E
AGÊNCIA BRASÍLIA/WIKIMEDIA COMMONS

NESTA PÁGINA; REPRODUÇÃO DO CIRCUITO INTERNO
DO PALÁCIO DO PLANALTO

A FESTA DA SELMA DO ESQUENTA AO AFTER

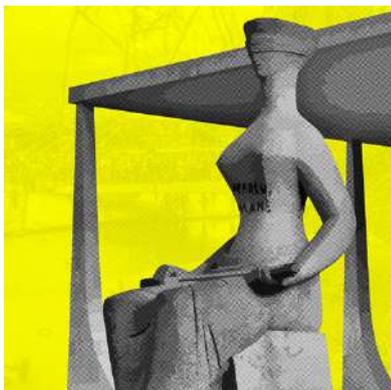


ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	Pág. 4
INTRODUÇÃO	Pág. 6
O ESQUENTA	Pág. 8
3.1. Mapa de Fontes: a construção das narrativas	Pág. 8
3.2. Resultados obtidos	Pág. 12
3.3. A publicidade antidemocrática	Pág. 15
A FESTA DA SELMA	Pág. 17
4.1. A economia do 8 de janeiro	Pág. 17
4.2. Seguir o dinheiro	Pág. 19
O AFTER	Pág. 22
NOTAS FINAIS	Pág. 24



SUMÁRIO EXECUTIVO



O estudo destaca os ataques antidemocráticos ocorridos em 8 de janeiro de 2023, articulados estrategicamente como “Festa da Selma”, que envolveram a invasão coordenada de prédios públicos dos Três Poderes. Esse planejamento se conectou com grupos extremistas que manifestaram sua afinidade com o militarismo brasileiro, pedindo intervenção militar após as eleições de 2022 e culminou em prejuízos significativos nos prédios do STF, Congresso e Planalto. Esses ataques foram motivados pela contestação do resultado das eleições presidenciais de 2022, após a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Similarmente, o discurso de questionamento do sistema eleitoral foi observado nos Estados Unidos com Donald Trump e no Brasil com Jair Bolsonaro, ambos contestando processos eleitorais anteriores sem apresentar evidências concretas.

O relatório posterior a um ano dos ataques de Brasília enfoca as narrativas prévias aos atos, o financiamento dessas ações e sugere medidas de prevenção para futuras eleições. A análise se baseia em dados monitorados de 16 sites entre janeiro de 2020 e outubro de 2022, especialmente no conteúdo relacionado ao eixo “Estabilidade Democrática” e ao processo eleitoral.

Além disso, examina denúncias recebidas pelo canal de Whatsapp do Sleeping Giants Brasil (#DeOlhoNoZap), permitindo a identificação de financiadores e agentes públicos que influenciaram ideologicamente os ataques. Como direcionamento futuro, são propostas ferramentas e mecanismos para lidar com comportamentos antidemocráticos e violentos no ambiente digital durante as próximas corridas eleitorais no Brasil.¹

Este relatório compreende os resultados de um projeto multidisciplinar destinado a criar uma metodologia para identificar e avaliar canais desinformativos. Além disso, foram incluídos sites monitorados pelo Sleeping Giants Brasil (SGBR), organizações parceiras, e aqueles destacados por seu papel na propagação de desinformação e discurso de ódio nas redes sociais. A pesquisa buscou identificar padrões comportamentais em atores previamente investigados, sendo o período de análise compreendido entre janeiro de 2020 e outubro de 2022.

A análise foi focada na identificação de narrativas desinformativas e discursos de ódio relacionados ao eixo temático “Estabilidade Democrática”. Após análise de 131 artigos, retirados de 16 sites, chegamos a um índice de desinformação de 53,25% na amostra levantada. O levantamento desse material foi realizado entre janeiro de 2020 e outubro de 2022, muitos conteúdos não estavam mais acessíveis nos sites, exigindo busca em plataformas como web.archive para recuperação. Esse comportamento aponta para uma tentativa de desassociação dos veículos de comunicação após eventos impactantes à democracia brasileira, sem responsabilização devido à falta de regulação dos meios de comunicação digitais.

Em relação aos financiamentos e financiadores do caos do 8 de janeiro, os levantamentos do Sleeping Giants Brasil revelaram a conexão econômica e política de uma rede que promove desinformação, ódio e fake news através das redes sociais. Durante as eleições gerais de 2022, o projeto “Fiscaliza Político” identificou uma rede de candidatos e parlamentares eleitos envolvidos na propagação de conteúdos falsos. Essa “rede da desinformação” operou com a conivência das grandes empresas de tecnologia, gerando lucros a partir dessas práticas problemáticas. Como o levantamento sobre narrativas do eixo de Estabilidade Democrática também demonstrou, os acontecimentos do dia 8 de janeiro em Brasília não foram eventos isolados, mas consequências de narrativas desinformativas previamente estruturadas que questionavam a segurança e a higidez do processo eleitoral e incitavam a anulação do resultado e/ou a intervenção militar na hipótese da vitória de um candidato indesejado.

A investigação “De Olho no Zap” resultou em mais de 240 denúncias sobre os financiadores e articuladores dos atos do dia 8 de janeiro. A análise dessas denúncias revelou que cerca de 60,7% eram articuladores, 19,6% financiadores e 14,3% figuras públicas envolvidas na organização e promoção dos atos através das redes sociais.

O mapeamento desses envolvidos se tornou crucial para compreender a sustentação econômica desses eventos e ressaltou a necessidade de responsabilização não apenas dos participantes, mas também dos financiadores. Esse trabalho culminou em documentos com informações detalhadas sobre empresários, influenciadores e financiadores dos atos, que foi fundamental para subsidiar investigações e tomadas de decisão, incluindo o envio desses dados para a Procuradoria Nacional da Defesa da Democracia (PNDD-AGU), a Polícia Federal e parlamentares membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos atos do 8 de janeiro.

A atuação do Sleeping Giants Brasil resultou na identificação de mais de cem indivíduos envolvidos nos ataques a Brasília, cujas identidades e provas necessárias à comprovação da autoria foram repassadas às autoridades. O Supremo Tribunal Federal estabeleceu penas significativas para os condenados², enquanto a Advocacia-Geral da União buscou a condenação de pessoas e empresas a ressarcir os cofres públicos.³ Esta pesquisa é uma peça crucial para compreender e dismantlar a infraestrutura econômica por

trás de eventos antidemocráticos, reforçando a necessidade de ações que responsabilizem não apenas os participantes, mas também os financiadores desses atos.

Este relatório destaca a urgência de ferramentas regulatórias no Brasil para conter comportamentos violentos e antidemocráticos no ambiente digital. O Projeto de Lei 2630/2020, em tramitação na Câmara dos Deputados, propõe um conjunto de normas para estabelecer um ambiente online mais seguro, focando na transparência da publicidade em plataformas digitais. Ao especificar regras para identificar e analisar riscos sistêmicos, o projeto visa prevenir a disseminação de conteúdos ilegais que possam comprometer o Estado Democrático de Direito, incluindo crimes contra a democracia e infrações sanitárias. O Sleeping Giants Brasil lançou, em Março, uma nota técnica sobre o tema.⁴

Além disso, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) anunciou consultas públicas para estabelecer normas específicas para as eleições municipais de 2024, com a intenção de promover a democracia e regular o uso de ferramentas de comunicação em campanhas eleitorais. Outro ponto crucial discutido é o Recurso Extraordinário 1037396, que aborda a constitucionalidade do artigo 19 do Marco Civil da Internet, defendendo que a imunidade dos provedores de internet em relação ao conteúdo de terceiros não se estenda aos conteúdos patrocinados. Destaca-se a necessidade de responsabilização das plataformas por conteúdos patrocinados, evitando a amplificação de informações ilícitas e contrárias aos direitos humanos.





INTRODUÇÃO



O planejamento dos ataques antidemocráticos vistos em 8 de janeiro de 2023 foram orquestrados usando estrategicamente o termo “Festa da Selma”. Diversas mensagens circularam em redes sociais digitais e aplicativos de mensagem usando esse termo junto com as coordenadas e instruções para a invasão aos prédios públicos dos Três Poderes.

O termo “selva” foi escolhido em alusão à saudação das forças armadas brasileiras “Selva”. A forte conexão desses grupos extremistas com o militarismo já havia sido evidenciado anteriormente com sua concentração em frente aos quartéis do país pedindo intervenção militar após não aceitarem o resultado das eleições gerais de 2022.

Em 8 de janeiro de 2024 completa-se um ano da Festa da Selma, a invasão e ataques à Praça dos Três Poderes, em Brasília. Vidraças, móveis, obras de arte, objetos históricos, gabinetes de autoridade foram quebrados, vandalizados, subtraídos e documentos rasgados. O prejuízo ao erário público somando os danos causados às sedes do STF, Congresso e Planalto superou 20 milhões de reais. O fio condutor desses atos foi a contestação do resultado das eleições presidenciais brasileiras de 2022 por apoiadores radicais do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Após o segundo turno eleitoral e a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas urnas, empresários, pessoas públicas e indivíduos contrários ao governo eleito passaram a se organizar para que houvesse anulação do resultado eleitoral. A partir de novembro daquele ano, o país presenciou greve de caminhoneiros, tentativa de atentado no aeroporto de Brasília, manifestações nas ruas e em frente aos quartéis por todo Brasil, estes se transformaram em acampamentos que se estenderam até o começo do próximo ano.

Em janeiro de 2023, caravanas saíram de vários estados brasileiros em sentido a Brasília. Elas foram organizadas a partir dos “quartéis gerais” ou “QG’s”, acampamentos montados em frente aos quartéis do exército. Como já dito, a proximidade com o exército foi movida pelo interesse inconstitucional em uma intervenção militar para a anulação das eleições, visando impedir a posse de Lula.

A inconformidade com o resultado das urnas não foi uma exclusividade brasileira, em 6 de janeiro de 2021, apoiadores do então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, marcharam em direção ao Capitólio após meses alegando fraude nas votações, em seu ataque destruíram objetos históricos e ameaçaram congressistas de morte.

As invasões ao Capitólio dos Estados Unidos e a Sede dos Três Poderes no Brasil, também chamada de Capitólio Brasileiro, possuem em comum o questionamento do sistema eleitoral centrada na figura de um presidente que ao perder nas urnas não aceita o resultado imposto. Tanto Donald Trump, como Jair Messias Bolsonaro, iniciaram, meses antes do início da corrida eleitoral, o discurso de questionamento

de processos que ambos haviam participado anteriormente.

No contexto americano, os votos pelo correio foram colocados em dúvida com a alegação de manipulação na contagem. Trump declarou em diversos momentos que possuía evidência e provas dessa fraude, mas não as apresentou em momento algum. No Brasil, Bolsonaro questionou diversas vezes a confiabilidade das urnas eletrônicas e que comprovaria isso, algo que não ocorreu. Um desses episódios culminou na condenação do ex-presidente brasileiro à inelegibilidade por 8 anos⁵, e aconteceu em 18 de julho de 2022 quando reuniu embaixadores de diversos países, usando estrutura governamental, e alegou falsamente que um hacker teria provado que as eleições de 2018 foram fraudadas e que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) teria admitido isso. Além disso, por consequência direta da atuação de diversos veículos desinformativos, disseminou-se no Brasil a falsa informação de que o art. 142 da Constituição Federal conferiria às Forças Armadas um poder moderador sobre os Poderes da República.

Enquanto nos Estados Unidos a possível manipulação foi apontada nos votos por correio, logo, votos impressos, no Brasil isso se voltou ao sistema eletrônico de votação, com a justificativa de que apenas votos impressos eram auditáveis. Percebe-se com isso, que o objetivo primário era a criação de um cenário de desconfiança nos sistemas de votação e instituições.

Um ano após os ataques antidemocráticos em Brasília, a equipe de pesquisa do Sleeping Giants Brasil (SGBR) analisou esse evento baseada em:

i) narrativas que precederam os atos golpistas, o esquentado, ii) financiamento para que eles efetivamente acontecessem, a festa, e iii) quais medidas precisam ser tomadas no campo comunicacional para que não ocorra o mesmo nas próximas corridas eleitorais, o after.

Primeiramente, serão discutidos os dados resultantes de um monitoramento de 34 meses (janeiro de 2020 a outubro de 2022) do conteúdo que circulou em uma mostra de 16 sites com base na: CPMI das Fake News, CPI da Pandemia (CPI da Covid) e em monitoramentos interno. Este relatório se voltará para o conteúdo relacionado ao eixo nomeado de “Estabilidade Democrática”, com material relacionado ao processo eleitoral.

Em segundo, serão discutidos os dados qualitativos resultantes do recebimento de denúncias no canal de Whatsapp do SGBR, o #DeOlhoNoZap. A partir do recebimento destas informações, os dados foram filtrados e uma busca manual feita em nomes de possíveis financiadores do ato, bem como de personalidades e agentes públicos que o influenciaram ideologicamente. Por meio do #DeOlhoNoZap, foi possível coletar denúncias de pessoas que financiaram, organizaram e fomentaram as inúmeras caravanas que chegaram em Brasília naquele período.

Por fim, traremos encaminhamentos necessários para as próximas corridas eleitorais brasileiras. Para que o ambiente de desregulação se torne regulamentado, apontamos ferramentas e mecanismos importantes de enfrentamento a comportamentos violentos e antidemocráticos no ambiente digital.





O ESQUENTA

MAPA DE FONTES: A CONSTRUÇÃO DAS NARRATIVAS



Os resultados apresentados nesta seção fazem parte de um projeto multidisciplinar que busca desenvolver uma metodologia de identificação e avaliação de canais desinformativos. Os dados aqui dispostos são frutos de levantamentos quantitativos e qualitativos sobre características comportamentais na atuação de uma amostra de 16 sites, aos quais foi aplicada uma versão metodológica preliminar que incorpora dados de responsabilidade editorial, tráfego, financiamento e narrativas desinformativas.

Elaboramos a nossa amostra a partir de endereços presentes em relatórios e manifestações do poder legislativo, em especial a CPI da Pandemia (CPI da Covid) e a CPMI das Fakes News, duas comissões do Congresso Nacional. Tais comissões tiveram como temas nucleares a questão da desinformação e do discurso de ódio disseminado nos últimos anos. Assim, poderemos entender se os critérios utilizados pelas comissões de fato conseguiram capturar sites desinformativos.

Formam também a amostra, sites que se destacaram no trabalho de monitoramento do SGBR, como parte do trabalho cotidiano da organização, o monitoramos redes e mídias sociais de grupos que espalham desinformação e discurso de ódio, além de parcerias com grupos de pesquisa que também realizam esta função.

A definição dos objetos de estudo se deu, fundamentalmente, na percepção de que observar atores previamente investigados como expoentes dentro do fenômeno explorado poderia favorecer a identificação de padrões comportamentais.

Para o escopo deste estudo, utilizamos o marco temporal de material publicado desde janeiro de 2020 até outubro de 2022. Um segundo recorte foi a checagem de portais que tinham sido atualizados no mês em que a pesquisa foi iniciada, em agosto de 2022. Por fim, foram excluídos da amostra sites que ao serem analisados em todos os eixos foram classificados com baixo índice de desinformação, explicitado mais à frente.



TABELA 1 - LISTA FINAL DE SITES ANALISADOS

NOME DO DOMÍNIO	URL	ORIGEM
FOLHA POLÍTICA	https://www.folhapolitica.org/	CPI da Covid-19
CRÍTICA NACIONAL	https://criticanacional.com.br/	CPI da Covid-19
GAZETA DO POVO	https://www.gazetadopovo.com.br/	CPMI das Fake News
BRASIL PARALELO	https://www.brasilparalelo.com.br/	CPI da Covid-19
JORNAL DA CIDADE ONLINE	https://www.jornaldacidadeonline.com.br/	CPI da Covid-19 e CPMI das Fake News
ESTUDOS NACIONAIS	https://www.estudosnacionais.com/	CPI da Covid-19 e CPMI das Fake News
BRASIL SEM MEDO	https://brasilsemmedo.com/	CPI da Covid-19
JORNAL 21 BRASIL	https://www.jornal21brasil.com.br/	CPMI das Fake News
GOSPEL PRIME	https://www.gospelprime.com.br/	CPMI das Fake News
CONEXÃO POLÍTICA	https://www.conexaopolitica.com.br/	CPI da Covid-19 e CPMI das Fake News
VERDADE CENSURADA	https://verdadecensurada.com.br	Monitoramento SG
HORA BRASÍLIA	https://horabrasilia.com.br/	Monitoramento SG
FOLHA DA POLÍTICA	https://www.folhadapolitica.com/	Monitoramento SG
JOVEM PAN	https://jovempn.com.br/	CPI da Covid-19
TERRA BRASIL NOTÍCIAS	https://terrabrasilnoticias.com/	Monitoramento SG
OPINIÃO CRÍTICA	https://www.opiniaocritica.com.br/	CPMI das Fake News

O levantamento se debruçou no mapeamento de narrativas por meio de busca manual e orgânica de palavras-chaves. Em consonância com o debate de atores da sociedade civil e estatal, a equipe de pesquisadores classificou sete eixos passíveis de desinformação e/ou discurso de ódio, sendo um deles o de Estabilidade Democrática.

Propomos interrogar a textualidade midiática dos sites identificando narrativas discursivas que se relacionam ao eixo temático “Estabilidade Democrática”, agenciado por estes portais a fim de incitar a opinião pública. Isso permite que se acompanhe as com atenção as modulações narrativas sobre temas da agenda social com vieses delimitados a campos ideológicos.

A partir do diálogo com entidades organizacionais especializadas no estudo de cada um desses eixos, a pesquisa sistematizou um conjunto de palavras-chave para identificar narrativas ligadas a determinado eixo em reportagens e artigos que norteiam a identificação de desinformação e/ou discurso de ódio.

Inicialmente, foram realizados testes de buscas orgânicas no Google com 4 palavras-chave distintas para cada eixo e, para cada uma delas, 3 perguntas. Depois, esse número foi reduzido para 2 buscas combinando [palavra principal] [palavra secundária] site:[url] e 2 perguntas; tal combinação de busca, a partir de agora, será chamada de query.



O quadro final de palavras-chave para busca foi o seguinte:

EIXO	QUERY 1	QUERY 2
Estabilidade democrática	eleição artigo 142	eleição fraude

Para colher a amostra de artigos, utilizou-se ferramentas que diminuíssem o impacto da geolocalização das máquinas utilizadas. A escolha do Google como plataforma de pesquisa se deu pela sua sólida predominância como buscador na Internet. De acordo com dados do Internet Live Stats, o Google processa mais de 3,5 bilhões de buscas por dia e representa 92,51% do mercado.

Feita a busca no Google, por meio de uma forma de busca que chamamos de query, era coletada para cada pesquisa uma amostra de até 10 artigos publicados entre 2020 e 2022, a depender do número de resultados obtidos em determinada busca, que poderia ser menor do que 10 links. Em seguida, os artigos eram incluídos no banco de dados.

Vale frisar que somente foram incluídos na amostra artigos com conteúdo textual. Isto exclui links com clipping/tag, vídeos do youtube, links patrocinados, documentos em pdf, podcasts, etc. Esses resultados eram ignorados até que fossem atingidos 10 links ou esgotados os resultados da pesquisa.

Os links coletados foram adicionados à plataforma de anotação Check - desenvolvida pelo Meedan, iniciativa para fortalecer o jornalismo, a alfabetização digital e a acessibilidade da informação online e offline.

Após isso, os artigos foram classificados e analisados a partir das narrativas e perguntas estabelecidas durante pesquisa preliminar. Quando uma narrativa era localizada no artigo, isto era sinalizado na plataforma e uma caixa de texto era aberta, para possibilitar a inclusão de uma justificativa. Também havia a possibilidade de adicionar observações e comentários extras em todos os artigos analisados a fim de lapidar as justificativas.





Artigos que continham as seguintes características também foram assinalados como desinformação/discurso de ódio:

- 1.** Recorte tendencioso e sem apresentação de qualquer forma de contraponto.
- 2.** Reprodução pura e simples de falas desinformativas de representantes do governo ou alguma autoridade sem a apresentação de um especialista ou uma voz dissonante em assuntos notadamente polêmicos.
- 3.** Apresentação da fala de representantes do governo ou autoridades de uma forma tendenciosa, emprestando adjetivos que fizessem possível inferir a aprovação ou desaprovação de tal fala pelo autor do texto, sem qualquer embasamento para tal.
- 4.** O uso de adjetivações fortes caracterizando um texto opinativo sem que esteja assinalado que se trata de um artigo de opinião.
- 5.** Artigos de opinião que se utilizem de linguagem chula, ataques diretos ou informações sabidamente falsas.

Importante salientar que o trabalho de anotação não é um trabalho de checagem. O objetivo do trabalho de análise era a identificação da presença das narrativas desinformativas, enquanto o trabalho de checagem analisa informação por informação, fontes, entre outros, para conseguir determinar se uma informação é falsa ou não.

Nesta pesquisa, a equipe de anotadores foi composta por pesquisadores com experiência na área de comunicação social e/ou análise jornalística. Assim, o trabalho realizado pretendeu identificar narrativas desinformativas e discurso de ódio a partir de informações previamente checadas e de amplo conhecimento, e por vezes fazendo pesquisa independente - porém em menor quantidade.

Depois de utilizar a metodologia explicitada, os dados coletados foram analisados e organizados. A partir disso, conseguimos estabelecer algumas categorias que serão destrinchadas adiante:

- i.** Índice de desinformação, que consiste no universo de artigos analisados comparados com o número de artigos sinalizados como desinformação;
- ii.** Localização de narrativas desinformativas específicas;





RESULTADOS OBTIDOS

Ao fazer a análise do número de artigos com indícios de desinformação frente ao valor total de artigos analisados por site, notamos uma tendência emergir no índice de desinformação. Temos três grupos que se distinguem:

- i. Baixa ou nenhuma evidência de desinformação: Sites que apresentaram nenhum ou até 29% de conteúdo potencialmente desinformativo:
- ii. Média evidência de desinformação: sites que apresentaram entre 30%-69% de conteúdos potencialmente desinformativos:
- iii. Alta evidência de desinformação: sites que **apresentaram acima de 70% de conteúdos potencialmente desinformativos.**

O eixo temático “Estabilidade Democrática”, foco deste relatório, teve 246 artigos analisados pelos anotadores. Desse total, 131 foram sinalizados como desinformação, sendo, portanto, **53,25 % o índice de desinformação**, classificado como médio.

O índice de desinformação de 53,25% se refere ao universo de artigos dos 16 sites que compõem nossa amostra, não traremos números individuais. Isso porque, o foco deste relatório são as narrativas desinformativas e não a rotulação desses sites, que fica para trabalhos futuros.

Portanto, em relação às narrativas identificadas pelos anotadores, escolhemos trazê-las como nuvem de palavras, usando como parâmetro a frequência de utilização, construídas no WordItOut. Para melhorar a visualização, filtramos preposições, pronomes, conectivos e palavras com menos de 3 letras. O objetivo é a observação de quais termos se mostraram recorrentes, inicialmente nas manchetes, e em seguida, no conteúdo dos artigos da amostra.

A nuvem de palavras voltadas aos títulos dos artigos indica que as palavras mais usadas foram: eleições, Bolsonaro, fraude e STF. Os termos “urnas”, “auditoria”, “voto”, “impresso” se mostram em menor frequência mas fazem parte e conectam essas narrativas.





A PUBLICIDADE ANTIDEMOCRÁTICA

Após a identificação da construção de narrativas desinformativas, os pesquisadores do Sleeping Giants Brasil dedicaram-se a identificar as formas através das quais os veículos que disseminaram narrativas antidemocráticas financiam-se. Tal levantamento foi realizado a partir da consulta nos sites que compõem a amostra inicial e da identificação das plataformas de publicidade digital que distribuem anúncios programáticos para tais veículos.

O levantamento constatou que, entre os 16 sites sites analisados, a maioria absoluta dos veículos são monetizados através dos sistemas de publicidade do Google Ads. Dos 16 veículos analisados, 10 usam o Google Ads como ferramenta de monetização, ao passo que três sites utilizam outras plataformas, como Criteo, MGID e Taboola.

TABELA 1 - LISTA FINAL DE SITES ANALISADOS

NOME DO DOMÍNIO	GOOGLE	OUTRAS
FOLHA POLÍTICA	Não	Não
CRÍTICA NACIONAL	Não	Criteo
GAZETA DO POVO	Sim	Não
BRASIL PARALELO	Não	Não
JORNAL DA CIDADE ONLINE	Sim	Não
ESTUDOS NACIONAIS	Não	Não
BRASIL SEM MEDO	Não	Não
JORNAL 21 BRASIL	Sim	Não
GOSPEL PRIME	Sim	Não
CONEXÃO POLÍTICA	Não	Não
VERDADE CENSURADA	Sim	Não
HORA BRASÍLIA	Sim	Não
FOLHA DA POLÍTICA	Sim	Não
JOVEM PAN	Sim	Taboola
TERRA BRASIL NOTÍCIAS	Sim	Não
OPINIÃO CRÍTICA	Sim	MGID, Criteo



Esses dados mostram que as narrativas desinformativas que construíram no imaginário de milhões de brasileiros a ideia de que o processo eleitoral é inseguro não foram produzidas por acaso. As plataformas de publicidade digital, em especial o Google Ads, distribuem centenas de milhares de reais para os veículos responsáveis pela fabricação de informações falsas antidemocráticas.

Soma-se a esse problema o fato de que - além de monetizar conteúdos antidemocráticos - as Big Techs também têm permitido que anunciantes impulsionem publicidades desinformativas. Trata-se, portanto, de um duplo mecanismo desinformativo: ao mesmo tempo em que remuneram a desinformação, as Big Techs amplificam o alcance de conteúdos publicitários desinformativos.

Em junho de 2022, um relatório da Escola de Comunicação da UFRJ em parceria com a organização internacional Global Witness identificou 27 anúncios na Biblioteca de Publicidade da Meta que atacavam o sistema eleitoral⁷. Em setembro de 2022, novo relatório mostrou que o problema persistia, com 14 novos anúncios identificados entre os dias 16 e 31 de agosto com desinformação antidemocrática⁸.

Após os atentados de 8 de janeiro 2023, a Escola de Comunicação da UFRJ realizou um terceiro levantamento, entre os dias 24 e 26 de janeiro de 2023, encontrando 185 anúncios com teor golpista no período⁹.

Os dados relativos à monetização de conteúdo com desinformação sobre a segurança do processo eleitoral, bem como relacionados à permissão de impulsionamento de conteúdos antidemocráticos, demonstram que a ascensão das narrativas desinformativas que convenceram milhares de brasileiros a tomarem a praça dos três poderes não aconteceu por acaso. As plataformas de publicidade digital da Meta e do Google foram ferramentas decisivas para a construção de um estado de opinião pública vulnerável às investidas autoritárias de 8 de janeiro de 2023.





A FESTA DA SELMA

ECONOMIA DO 8 DE JANEIRO: FINANCIAMENTOS E FINANCIADORES DO CAOS



FERNANDA ÔLIVER/REPRODUÇÃO
REDES SOCIAIS

Desde o início dos levantamentos do Sleeping Giants Brasil no período das eleições gerais de 2022, chamamos atenção para a formação econômica e política de uma “rede da desinformação” que se articula - principalmente - por intermédio das redes para a disseminação de discursos de ódio, fake news e conteúdo com desinformação capazes de influenciar o cenário político e angariar benefícios econômicos com base nestas categorias problemáticas. A partir do uso do WhatsApp como ferramenta para o recebimento de conteúdos das redes sociais contendo desinformação, discursos de ódio e fake news, desenvolvemos uma forma de ação metodológica que atua a partir das próprias big techs no combate a estes problemas.

Partindo desta atuação enquanto movimento de consumidores que almeja usufruir de um ambiente seguro e livre, a organização tem usado do levantamento de dados e produção de evidências para agir positivamente nessa luta. Nas eleições gerais de 2022, o projeto “Fiscaliza Político” identificou uma rede de candidatos e parlamentares eleitos que atuavam em articulação no impulsionamento de conteúdos falsos, principalmente sobre adversários políticos e minorias sociais. A este fenômeno, usamos o termo “rede da desinformação”, que atua com a conivência das Big Techs que lucram com este cenário.

Os atos realizados no dia 8 de janeiro em Brasília foram um evento inédito, sem precedentes. No entanto, os discursos desinformativos acerca do processo eleitoral, como a desinformação produzida em torno da segurança das urnas eletrônicas - e posteriormente a tentativa de apresentar auditorias que comprovasse alguma fraude no resultado das eleições presidenciais - consolidaram um cenário de instabilidade e desconfiança em relação ao resultado das eleições do dia 30 de outubro de 2022. A inconformidade com o resultado eleitoral provocou diversos eventos que tinham como máxima pedir intervenções capazes de anular a posse do então candidato eleito.

Por meio do “#DeOlhoNoZap” (Figura 1), foi possível coletar denúncias de diversos lugares do Brasil acerca de pessoas físicas e jurídicas que financiaram, organizaram e fomentaram as inúmeras caravanas que chegaram em Brasília naquele período. Dessa forma, o Sleeping Giants produziu o relatório “8 de Janeiro: o dinheiro por trás do caos”, que constituiu um banco de dados de pessoas envolvidas nos atos do dia 8 de janeiro, colaborando no mapeamento dos responsáveis financeiros e articuladores por trás de todo evento.



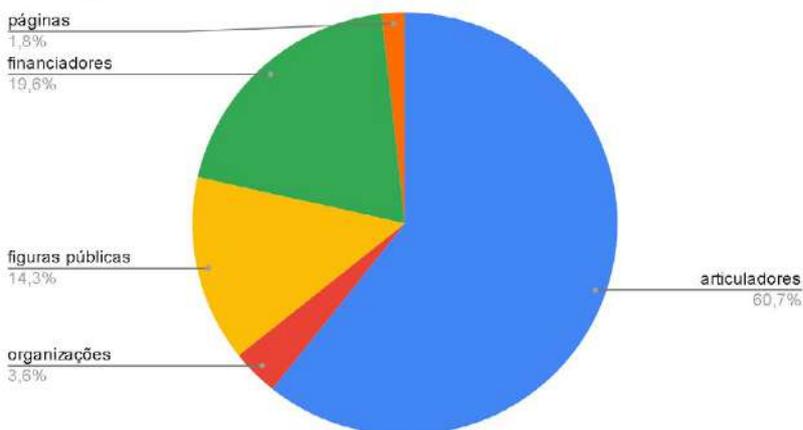
SEGUIR O DINHEIRO: DOS RESULTADOS E ARTICULAÇÕES

Do inglês “Follow the money”, a expressão “Seguir o dinheiro” sugere investigar a movimentação financeira para entender melhor as motivações por trás de uma ação, decisão ou evento. Prática comum do jornalismo investigativo, o método é elemento central da atuação do SGBR. Neste sentido, coube-nos perguntar: Quem financiou os atos do 8 de janeiro? Assim, seguir o dinheiro significou garimpar movimentações financeiras públicas, expressas em postagens, prints e textos que circulavam pelas redes sociais naquele momento.

Ao todo, recebemos mais de 240 denúncias em nosso canal do Whatsapp. Deste total, 115 nomes identificados foram de empresários, empresas, organizações, influenciadores e agentes públicos que ajudaram a impulsionar e financiar o ato do 8 de janeiro de 2023. As denúncias foram realizadas por meio de publicações de redes sociais; prints; vídeos e fotos, que mostravam o envolvimento das pessoas denunciadas. Dessa forma, identificamos em nossa pesquisa alguns dados gerais sobre os atores identificados na denúncia e suas redes sociais, a partir dos links recebidos pelas denúncias.

GRÁFICO 1: CATEGORIAS ENCONTRADAS NAS DENÚNCIAS DO “DE OLHO NO ZAP”

Contagem de ATOR/EMISSOR



Em nossa contagem (gráfico 1) a partir deste total de denúncias recebidas, cerca de 60,7% foram designados enquanto articuladores. Ou seja, pessoas que geriam os atos e suas células, bem como articulavam o recebimento de doações para deslocamento, comida, água e outros mantimentos nos QGs e nos atos. Cerca de 19,6% deste levantamento eram de financiadores, envolvidos diretamente neste esquema a partir de pedidos públicos de doação em PIX, fretamento de ônibus e auxílios para as pessoas que estavam na categoria “articuladores”. As figuras públicas, que ocupam 14,3% deste levantamento, foram aquelas identificadas como responsáveis pela divulgação do chamamento público, através das redes sociais, para a participação nos atos, bem como pelo incentivo à invasão em órgãos do judiciário, legislativo e executivo.



As denúncias coletadas chegaram em variados formatos: de prints à links, de vídeos a documentos escritos. Dentre as denúncias, recebemos uma série de conteúdos contendo informações para recebimento de doações via PIX para o financiamento dos atos (Imagem 1; Imagem 2; Imagem 3). Também foram recebidas denúncias de articuladores responsáveis por organizar grupos, fretar ônibus para os manifestantes, além de pessoas públicas, como influenciadores e agentes públicos, que estimularam a presença da população nos atos. O mapeamento dessas pessoas físicas e jurídicas se torna vital para mapear a sustentação econômica de atos como esse, chamando atenção principalmente para quem financia e não apenas para os que participam destes atos. Empresas implicadas na organização e divulgação de tais mobilizações devem e têm sido responsabilizadas.

Eilson Chaves
44 min · 📍

CHIAPECÓ
BRASÍLIA
52 lugares

Vagas disponíveis

IDA: 06/01 às 19 horas ☎ 9 8402-1001
VOLTA: 11/01 às 19 horas ☎ 9 9835-5582

EMBARQUE: 2º Batalhão PM
PIX DOAÇÕES: CNPJ 28315896000117
Giovani Demarco

IMAGEM 1: PERFIL DO INSTAGRAM DIVULGA TRANSLADO PARA ATOS EM BRASÍLIA. ABERTO PARA DOAÇÕES EM PIX, VIA CNPJ EM NOME DE GIOVANNI DEMARCO.



IMAGEM 2: ARTICULADORA DIVULGA TRANSLADO PARA BRASÍLIA, ALÉM DE PIX PARA DOAÇÕES NO NOME DE ELISANGELA CUNHA P BRAGA.



IMAGEM 3: GRUPO GAZIN EM VÍDEO PUBLICADO NAS REDES EM APOIO AOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS
https://drive.google.com/file/d/12wlDjt_MPYNXOkIKt3aeH7xsQ22KmCsW/view?usp=sharing

Considerando o trabalho de seguir as linhas econômicas que faziam os atos antidemocráticos acontecerem, os resultados encontrados e os relatórios produzidos foram importantes para a construção de incidências. Ao optar por seguir as linhas econômicas que alimentaram o 8 de janeiro, o SGBR privilegiou seu próprio modo de atuação focado na desmonetização da desinformação e dos discursos de ódio. Neste sentido, o trabalho foi encaminhado às autoridades competentes, bem como segue à disposição para outras autoridades que desejem acessar o banco de dados com informações levantadas.

A FESTA DA SELMA DO ESQUENTA AO AFTER

O AFTER



É importante dizer que os abusos praticados por empresas, comunicadores, figuras públicas e pessoas comuns aqui descritos poderiam ter sido evitados. Não somente isto, mas há no Brasil ferramentas e mecanismos importantes sendo discutidos que incidem de forma decisiva na realidade retratada - e por isso enfrentam muita resistência daqueles que não tem interesse que tais comportamentos violentos e anti democráticos tenham mecanismos de freio ou que lucram com a completa desregulação do ambiente digital.

Neste sentido, o Projeto de Lei 2630/2020, atualmente tramitando na Câmara de Deputados sob a relatoria de Orlando Silva (PCdoB/SP), estabelece um sistema de normativas para criar um ambiente digital mais seguro, que respeite a democracia, os direitos humanos e a realidade nacional. O texto dá especial atenção a regras de transparência para publicidade nas grandes plataformas, o que ajudaria a sociedade brasileira a detectar conteúdo político em que foram investidos altos valores para que estes chegassem não só a mais pessoas, mas demografias específicas - o que chamamos de impulsionamento perfilhado.

Além disso, o projeto também visa estabelecer que as big techs também tenham como preocupação central a utilização de suas ferramentas para fins escusos. Neste sentido, o artigo 7º, §2º, inciso IV, e artigo 11, inciso I, trazem previsões justamente que visam ter em perspectivas riscos sistêmicos e dever de cuidados que abarcam especialmente a proteção do Estado Democrático de Direito, como pode ser visto no último substitutivo submetido pelo relator¹⁰:

Art. 7º Os provedores devem identificar, analisar e avaliar diligentemente os riscos sistêmicos decorrentes da concepção ou do funcionamento dos seus serviços e dos seus sistemas relacionados, incluindo os sistemas algorítmicos.

§ 2º A avaliação abrangerá especificamente em cada um dos serviços dos provedores e considerará os riscos sistêmicos, tendo em conta a sua gravidade e probabilidade de ocorrência, e incluirá, no mínimo, a análise dos seguintes riscos:

(...)

IV – ao Estado democrático de direito e à higidez do processo eleitoral; e

Art. 11. Os provedores devem atuar diligentemente para prevenir e mitigar práticas ilícitas no âmbito de seus serviços, envidando esforços para aprimorar o combate à disseminação de conteúdos ilegais gerados por terceiros, que possam configurar:

I - crimes contra o Estado Democrático de Direito, tipificados no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940;



Ademais, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) têm, ao longo dos últimos anos, instituído consultas públicas com o objetivo de estabelecer normativas e regulação específica para as eleições daquele ano. Apesar de não ter realizado tais eventos no ano anterior à eleição como de costume, recentemente o TSE anunciou que realizará as consultas à sociedade civil ainda janeiro para o pleito municipal de 2024. Intitulado de #VozdaDemocracia,¹¹ as audiências serão realizadas de 23 a 25 de janeiro e já no nome trazem a tônica que deve acompanhar não só a sua realização, bem como as regras resultantes do evento. É muito importante que a regulamentação vindoura, por parte do TSE, tenha como preocupação central condutas e ferramentas que cultivam um ambiente, digital ou não, antidemocrático e que, em seu limite, faz emergir as cenas de destruição e violência do 8 de janeiro de 2023 - que, como mostramos, não nasce da noite para o dia. A preocupação com a publicidade eleitoral e as ferramentas de comunicação utilizadas por candidaturas devem ser centrais.

Por fim, como ficou demonstrado, as grandes empresas de tecnologia e suas ferramentas de publicidade, monetização e impulsionamento feitas sem qualquer tipo de filtro - por parte do poder público ou mesmo pelas plataformas - é catalisador do discurso extremista, antidemocrático e de incitação ao ódio e à desinformação.

Neste sentido, outro tema muito importante sendo discutido no cenário nacional e que também toca os temas aqui discutidos é Recurso Extraordinário 1037396 que discute a constitucionalidade do art. 19 do Marco Civil da Internet e teve sua repercussão geral reconhecida pela Supremo Tribunal Federal (STF) sob o Tema 987.¹²

O dispositivo garante a imunidade de provedores de internet sobre o conteúdo de terceiros e é importante salvaguarda para uma internet livre. Entretanto, apontamos de forma categórica que tal imunidade foi instituída pelo legislador apenas para a exclusão da responsabilidade do provedor em relação ao conteúdo orgânico produzido por terceiro. Isto porque o conteúdo patrocinado, impulsionado e publicitário, aqueles em que a plataforma recebe uma contraprestação financeira para otimizar a exibição para mais e mais pessoas de acordo com uma lógica guiada pela exploração de seus dados pessoais, não deve ser objeto dessa proteção.

Se o provedor recebe um valor especial para veicular aquela informação de maneira otimizada, ele também passa a ser responsável por aquele conteúdo - e se esta informação é ilícita, a plataforma deveria verificá-la e não concordar em amplificá-la. Nos parece óbvio que conteúdos patrocinados não devem ser imunes, sob pena de as plataformas lucrarem de forma desenfreada com conteúdo violento, ilícito e contrário aos direitos humanos - que é de fato a realidade atual.

Fica evidente, portanto, que a sociedade e as instituições brasileiras, além de mostrarem-se resilientes aos avanços antidemocráticos, têm agora, em suas mãos, possibilidades para evitar contextos e eventos como os do último 8 de janeiro, para que tais episódios nunca mais voltem a acontecer. A democracia e os direitos humanos nos são demasiadamente caros (no Brasil e no mundo) para deixarmos, por um lado, que empresas multinacionais livre para explorar comercialmente o ódio e os afãs antidemocráticos, e por outro, que pessoas mal intencionadas usem tecnologias revolucionárias para destruir as fundações e princípios do Estado Democrático de Direito.



A FESTA DA SELMA DO ESQUENTA AO AFTER

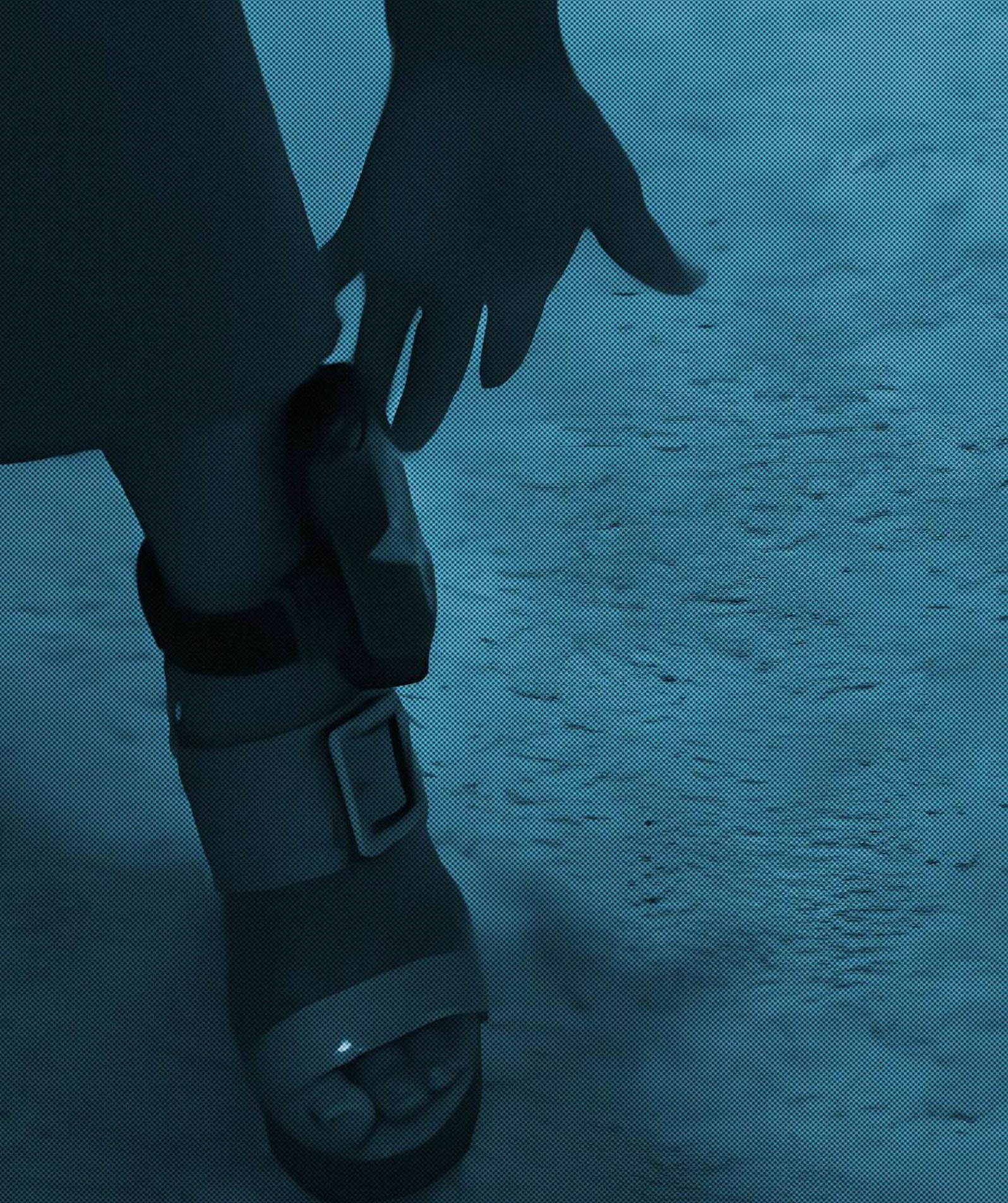


NOTAS FINAIS



COMPLEXO PENITENCIÁRIO DA PAPUDA/
AGÊNCIA BRASÍLIA

- 1. Veja:**
<https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/sleeping-giants-lanca-projeto-de-fiscalizacao-de-candidatos-que-desinformam>
- 2. Veja:**
<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/11/13/stf-ja-condenou-25-envolvidos-no-8-de-janeiro-mais-cinco-julgamentos-comecam-nesta-semana.ghtml>
- 3. Veja:**
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/justica/audio/2023-02/8-de-janeiro-agu-pede-condenacao-de-54-pessoas-e-tres-empresas>
- 4. Veja:**
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-03/sleeping-giants-apresenta-propostas-para-responsabilizacao-na-internet>
- 5. Veja:**
<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Junho/por-maioria-de-votos-tse-declara-bolsonaro-inelegivel-por-8-anos>
- 6. Veja:**
<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/fato-ou-boato-justica-eleitoral-desmentiu-as-principais-fake-news-sobre-o-processo-eleitoral-em-2022>
- 7. Veja:**
<https://www.globalwitness.org/en/campaigns/digital-threats/facebook-fails-tackle-election-disinformation-ads-ahead-tense-brazilian-election/>
- 8. Veja:**
<https://netlab.eco.ufrj.br/post/meta-ads-voto-impresso-e-ataques-%C3%A0-integridade-eleitoral>
- 9. Veja:**
<https://netlab.eco.ufrj.br/post/an%C3%BAncios-golpistas-na-biblioteca-do-meta-ads-novembro-de-2022-a-janeiro-de-2023>
- 10. Veja:**
https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2265334&filename=PRLP+1+%3D%3E+PL+2630/2020
- 11. Veja:**
<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Dezembro/audiencias-publicas-para-discutir-resolucoes-serao-realizadas-em-janeiro-de-2024>
- 12. Veja:**
<https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=5160549&numeroProcesso=1037396&classeProcesso=RE&numeroTema=987>



A FESTA DA SELMA
DO ESQUENTA AO AFTER

